


Cadernos
IHU *ideias*

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Âno 22 | nº 369 | vol. 22 | 2024



**Autonomia: os povos estão transitando por um
novo caminho emancipatório**

Raúl Zibechi

Cadernos
IHU ideias

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 22 | nº 369 | vol. 22 | 2024

**Autonomia: os povos estão
transitando por um novo
caminho emancipatório**

Raúl Zibechi

Escritor, jornalista e pensador-ativista uruguaio

Tradução de André Langer - CEPAT



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Cadernos IHU ideias é uma publicação digital do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

Reitor: Sérgio Mariucci, SJ
Vice-reitor: Artur Eugênio Jacobus

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU

Diretor: Inácio Neutzling, SJ
Diretor-adjunto: Lucas Henrique da Luz
Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XXII – N° 369 – V. 22 – 2024

ISSN 2448-0304 (on-line)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling, SJ – Unisinos

Conselho editorial: Bel. Gabriel dos Anjos Vilardi; MS. Guilherme Tenher Rodrigues; Dra. Cleusa Maria Andreatta; Dr. Lucas Henrique da Luz; Dra. Marilene Maia; Dra. Susana Rocca; Dr. Ricardo de Jesus Machado.

Conselho científico: Adriano Naves de Brito (Unisinos, doutor em Filosofia); Angelica Massuquetti (Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade); Berenice Corsetti (Unisinos, doutora em Educação); Celso Cândido de Azambuja (Unisinos, doutor em Psicologia); César Sanson (UFRN, doutor em Sociologia); Gentil Corazza (UFRGS, doutor em Economia); Suzana Kilpp (Unisinos, doutora em Comunicação).

Projeto Gráfico: Ricardo de Jesus Machado

Responsável técnico: Guilherme Tenher Rodrigues

Imagem da capa: Acampamento Terra Livre 2024 | Agência Senado | Flickr CC

Revisão: Isaque Gomes Correa

Editoração: Guilherme Tenher Rodrigues

Tradução: André Langer

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos.
– Ano 20. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .v. 21.
Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.
Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 19, n. 326 (2021).
ISSN 2448-0304
1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo/RS, Brasil

Autonomia: os povos estão transitando por um novo caminho emancipatório

Raúl Zibechi

Escritor, jornalista e pensador-ativista uruguaio

Um primeiro aspecto que me parece necessário abordar é o declínio do pensamento crítico eurocêntrico, tanto aquele ligado às tradições marxistas, anarquistas, social-democratas quanto aquele ligado às tradições cristãs. É a maneira de pensar e de raciocinar que utilizamos para tentar nos situar no mundo e para compreender o conjunto de crises que estamos vivendo, especialmente a crise civilizatória e do sistema-mundo. É um pensamento que nasceu na Europa, que é a sua principal marca e ao mesmo tempo o limite mais importante que tem para nós que vivemos e sonhamos no Sul do mundo.

Segundo vários e reconhecidos autores, vivemos uma decadência do Ocidente, centrado nos Estados Unidos e na Europa. O recente livro de Emmanuel Todd, intitulado *La Derrota de Occidente*, tem a enorme virtude de analisar este declínio com base em dados

que escapam da conjuntura, e defende que esse declínio está ancorado nas sociedades ocidentais e que é irreversível (Todd, 2024).

O historiador francês, que previu com quinze anos de antecedência o colapso da União Soviética via análise dos dados da mortalidade infantil, defende que o desaparecimento do “substrato cristão” (e nos Estados Unidos da religião protestante, que, na linha de Max Weber, considera que esteve na base da ascensão do Ocidente) leva a um vazio de valores e objetivos que é ocupado por uma espécie de niilismo, no duplo sentido de pulsão autodestrutiva e de incapacidade de compreender a realidade. “O niilismo tende irresistivelmente a destruir a própria noção de verdade, a proibir qualquer descrição razoável do mundo” (Todd, 2024, p. 24). É por isso que o Ocidente não pode e não quer aceitar que a Rússia e a Palestina, assim como os países do Sul Global, tenham as suas razões e os seus interesses a defender.

A guerra na Ucrânia, que poderia ter sido evitada, representa um salto qualitativo nesta autodestruição do Ocidente. Paralelamente, o genocídio em Gaza leva-o a confirmar “a preferência de Washington pela violência” e descreve a sua rejeição da trégua votada pela maioria dos membros das Nações Unidas como niilista, porque “rejeita a moral comum da humanidade” (Todd, 2024, p. 292).

Considera o compromisso dos Estados Unidos com Israel como um sintoma suicida, analisa cuidadosamente o desaparecimento dos Estados-nação ocidentais e o fim da democracia, para afirmar que se trata de um declínio profundo e irreversível que, no entanto, contrasta com a tremenda arrogância demonstrada pe-

las classes dominantes do Norte.

A crise do Ocidente e a sua derrota diante do Sul Global, que se recusou a acompanhar as sanções contra a Rússia e apoia o povo palestino, estão interligadas com outra crise muito mais profunda: a crise da civilização moderna, ocidental, patriarcal, capitalista e colonial, que é sem precedentes no sistema-mundo. Esta crise é o pano de fundo da decadência do pensamento crítico eurocêntrico. Como veremos mais detalhadamente, estas ideias que nasceram entre os oprimidos do Norte não podem ser transferidas mecanicamente para o Sul, uma vez que não têm um caráter universal como se pretende. “Não se pode compreender o que se vive na zona do não ser com as teorias críticas que são produzidas a partir da zona do ser e vice-versa” (Grosfoguel, 2013). O que significa a luta de classes ou o socialismo para os 305 povos indígenas da Amazônia brasileira? Ou para os milhões de aimarás, quéchuas, mapuches, nahuas e maias?

Entre as mulheres destes povos, a diferença em relação ao pensamento crítico ocidental é ainda maior. As mulheres zapatistas não se denominam feministas, mas “mulheres que lutam”, e as mulheres mapuches se identificam como “mulheres antipatriarcais”. Voltarei a isto adiante, por enquanto eu gostaria de dizer que uma das razões da crise do pensamento crítico é a sua incapacidade de compreender que a aplicação dos seus postulados entre os oprimidos do Sul (da zona do não ser, segundo Fanon) é uma atitude colonial.

CRISE OU COLAPSO

Faz-se necessário explicar o conceito de “crise”, que habitualmente utilizamos para abordar as recessões econômicas ou outras, que implicam a diminuição pontual da atividade, do estado de saúde ou de qualquer outra dimensão humana. As crises costumam ser conjunturais e embora possam ter consequências dramáticas, é comum que após atingir o fundo do poço haja uma recuperação que, embora não coloque a economia, a saúde ou outras dimensões afetadas no mesmo lugar de antes, não costumam levar a mudanças estruturais.

No pensamento crítico, uma crise é definida como “um momento de ruptura no funcionamento de um sistema” de duração limitada (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 2007, p. 303). A limitação temporal da situação de crise é uma das suas características centrais, o que implica que de alguma forma haverá um retorno a uma normalidade modificada. Para a corrente marxista, a crise é um processo “marcado por uma alternância de fases de estabilidade estrutural e fases de transformações qualitativas, abertas pelas crises” (Labica; Bensusán, 1982, p. 254).

O conceito de crise é normalmente associado à economia e à política, mas também costumam ser contempladas as crises de governo, as relações internacionais e a confluência de diversas crises que podem levar a revoluções. Entretanto, o conceito de crise civilizacional é mais recente e evidencia a confluência de diversas crises, com especial destaque para a crise ambiental. Na América Latina, a crise civilizacional torna-se visível graças à poderosa emergência dos movimentos indígenas que questionam o desenvolvimento e o mo-

delo civilizacional por trás da destruição da natureza. “O Bem Viver andino é a expressão de uma civilização oposta em muitos aspectos ao paradigma filosófico e civilizacional do Ocidente” (Estermann, 2012, n.p.). As cosmovisões dos povos originários permitem-nos, pelo contrário, compreender a profundidade da crise da civilização moderna-ocidental-capitalista.

Embora o conceito de crise do sistema-mundo tenha sido desenvolvido por Immanuel Wallerstein e outros membros dessa corrente como Giovanni Arrighi, o conceito de crise civilizacional parece estar intimamente ligado ao aparecimento do sujeito coletivo indígena em cenários como o Equador e a Bolívia, dois países que escreveram Constituições nas quais este problema é abordado.

A verdade é que não temos precedentes recentes de crise civilizacional e que deveríamos recuar séculos para encontrar situações semelhantes, como a que aconteceu depois da Peste Negra, embora nesses casos não tenham coincidido com uma crise ambiental profunda como a atual. Na verdade, fazemos alusão a várias crises relacionadas entre si e que no seu conjunto representam o fim desta civilização tal como a conhecemos ao longo de dois milênios e, particularmente, nos últimos cinco séculos de colonialismo.

Só para mostrar a profundidade das transformações que estamos vivendo, eu gostaria de lembrar que à crise do sistema-mundo e à crise ambiental, devemos acrescentar a crise do patriarcado devido à força do movimento feminista, especialmente no Ocidente. A crise do patriarcado ativa as forças mais reacionárias da sociedade que tentam legitimar a violência contra as mulheres e as dissidências sexuais, e está por trás

da ascensão da extrema-direita bolsonarista e de Javier Milei, entre outras.

Neste momento estamos passando de um mundo unipolar centrado desde 1945 nos Estados Unidos para um mundo multipolar em que diversas potências globais e regionais estão impactando a ordem mundial, provocando uma escalada de guerras e uma instabilidade crescente que pode se agravar com o uso de armas nucleares.

Por este conjunto de razões, estimamos que a crise civilizacional se aproxima do colapso. Penso que é mais apropriado falar de colapso do que de crise, porque o sistema mundial e o ambiente estão numa situação limite, o que nos leva a considerar que o colapso da humanidade é uma possibilidade tangível, embora não possamos ter certeza.

No campo da análise, contamos com excelentes obras, como os livros “*Colapso*”, de Carlos Taibo, e “*En la espiral de la energía*”, de Ramón Fernández Durán e Luis González Reyes. Ambos consideram o colapso um processo que se prolonga no tempo, mas que em determinado momento haverá rupturas e ruínas. Ambos atribuem uma importância grande às questões ambientais, ao esgotamento das matérias-primas energéticas, à escassez de água e à propagação descontrolada de doenças. Contudo, as guerras não ocupam um lugar central, talvez porque os dois livros foram escritos antes das guerras na Ucrânia e em Gaza (Taibo, 2019; Fernández Durán; González Reyes, 2014). Ambos acreditam que o colapso é inevitável e que não existe maneira de impedi-lo. Mas o que me leva a me distanciar destas obras, bem como de outras da corrente colapsista (pela qual tenho enorme respeito), é a sua

construção racionalista no que diz respeito a análises e perspectivas e, sobretudo, ao fato de que nenhum deles viveu um verdadeiro colapso. É por isso que o seu tratamento do tema é meramente intelectual e um tanto frio ou distante.

Eu gostaria de tomar como referência a atitude de indígenas e quilombolas do Rio Grande do Sul diante do tremendo colapso provocado pelas enchentes que devastaram Porto Alegre e a Região Metropolitana. A Teia dos Povos do RS realizou diversas ações em solidariedade às comunidades indígenas e quilombolas, bem como aos moradores das cidades. Nos dias 8 e 9 de junho, convocaram um encontro na Comunidade Kilombola Morada da Paz, onde realizaram o ritual da Nação Muzunguê, que definiram como “um momento de fé na unidade comum”. Chegaram ao quilombo caravanas de vários assentamentos e aldeias de Santa Maria, Porto Alegre, Maquiné, Viamão e Alvorada, com grande presença de jovens e mulheres. O relato dos dias mostra outra atitude possível em relação ao colapso:

Se viveu a capoeira, o plantio de um corredor de goiabeiras, a partilha do alimento, o vínculo, o rezo, o afeto. Ajuntamento como ato político, afetivo e revolucionário.

Espaço de escuta, de cura, frente a tanta desgraça que o colonialismo e o capitalismo apresentam aos povos. Desta vez enchente, usada pelos de cima para remover, desterritorializar, matar, lucrar. Racismo ambiental. Negacionismo. Porém nos olhamos com a consciência de que o povo preto, indígena, pobre e trabalhador vive esse desespero há séculos. Construir o caminho, em aliança, em teia, de proteção dos territórios e da vida, da luta contra o colonialismo.

*(...) Encontro para o fortalecimento do Okan (co-
ração). “Mesmo quando coisas ruins acontecem, o
pior não nos acontece”, disse Mãe Preta. (...) Não
há nada que justifique a falta de esperança, ensina
Mãe Preta (Teia dos Povos, 2024, n.p.).*

Como se pode observar, o clima que os povos organizados e mobilizados respiram diante do colapso que os atinge não é nada sombrio ou pessimista, como normalmente se costuma ver em algumas análises de intelectuais. Eles não precisam que lhes expliquem as causas dos seus problemas porque os sofrem diariamente há séculos. Digamos que o colapso seja a vida diária daqueles/as que estão abaixo. As fotos que acompanham a cobertura daquela jornada da Teia dos Povos mostram a alegria, o regozijo de estarem juntos e a celebração da vida; uma dimensão profundamente espiritual que se manifesta nos cantos e nas rezas e que está completamente ausente nas percepções dos acadêmicos do Norte e do Sul. Espiritualidade que se combina e complementa com o espírito comunitário e coletivo que impede que se aborde o colapso a partir de uma perspectiva individualista. Em suma, os povos enfrentam o colapso não para a segurança individual das pessoas, mas para proteger e cuidar da vida na terra, em toda a sua diversidade, e nessa vida aparecem os seres humanos que não se consideram o centro do mundo, mas um sujeito mais próximo a rios, montanhas e animais não humanos.

O sistema político nega completamente a ideia do colapso e só recentemente o pensamento crítico incorporou este conceito, que antes estava reservado para o colapso do capitalismo. Ainda é preciso insistir no fato de que colapso e crise são conceitos completamente diferentes e não podemos confundir um com o outro.

DECOMPOSIÇÃO SOCIAL E NÃO FUTURO

A este conjunto de crises que levam ao colapso devemos acrescentar a decomposição das nossas sociedades, o que está produzindo uma deterioração das democracias e o surgimento de tendências autodestrutivas. O crescimento fenomenal da extrema-direita é consequência da decomposição das sociedades, em grande parte devido à implementação do neoliberalismo há três décadas.

Por decomposição de uma sociedade entendo tanto uma perda generalizada de valores que a unem e lhe dão sentido, como que todos os seus membros deixam de se sentir parte de algo maior e de se identificar com isso. Quando o outro se torna inimigo (por causa das suas ideias, opções sexuais e de gênero, cor da pele, geração ou nacionalidade), as pessoas deixam de se reconhecer como parte de um mesmo conglomerado humano. O vínculo social foi quebrado. A ideia de sociedade como unidade, onde as pessoas se reconheciam como parte de uma mesma nação, dos mesmos símbolos nacionais, foi completamente destruída. Isto permite que a extrema-direita se aproprie de símbolos nacionais para lutar contra a esquerda, os feminismos e os direitos em geral.

O domínio do capital financeiro e a acumulação por espoliação estão na base destas tendências. Nos nossos países do Sul, a crise econômica se tornou endêmica, com metade da população na pobreza e, muito particularmente, a certeza de um não futuro para a parcela jovem da sociedade.

Neste ambiente, o reconhecimento dos direitos dos outros está sendo violado. A saúde, a educação e

a justiça estão desmoronando se compararmos a situação atual com a que vivemos há meio século. E o mais importante: o Estado-nação mudou. A investigação do assassinato de Marielle Franco é uma clara demonstração de que o Estado foi ocupado pelas forças mais violentas e reacionárias da sociedade. As milícias são herdeiras dos esquadrões da morte no Rio de Janeiro, convertidas em forças capazes de reconfigurar o Estado que, em alguns territórios, é um Estado miliciano que decide a vida e a morte das pessoas através do controle da polícia, da justiça e de setores do legislativo. O caso do Rio de Janeiro foi uma exceção no passado, mas agora estes tipos de poderes paralelos estão crescendo exponencialmente na América Latina.

Uma manifestação importante da crise da civilização é a transformação do Estado-nação. Na história latino-americana, alguns Estados eram oligárquicos e outros mais democráticos, mas hoje se tornaram Estados mafiosos. Comparemos o Estado mafioso do Peru – onde a maioria dos deputados está ligada ao crime organizado da direita fujimorista que é capaz de assassinar quem se manifesta – com o governo militar da década de 1960, que implementou uma das mais importantes reformas agrárias no continente, que acabou desmantelando a oligarquia fundiária.

Diante deste panorama de mudanças estruturais nas instituições que constituem um novo tipo de dominação autoritária mas com eleições (uma “ditadura democrática dos poderosos”), os movimentos e as pessoas que resistem ao sistema lutam com ferramentas e imaginários ultrapassados, porque aquela cultura política já não consegue alcançar resultados positivos.

A estratégia dos movimentos e da esquerda baseava-se em dois passos: primeiro, a luta pela apropriação do poder político do Estado por meios eleitorais ou revolucionários e, após a conquista do poder, tentar mudar o mundo. Esta estratégia foi criada pelo pensamento crítico após a Revolução Francesa e já tem dois séculos. Agora temos governos progressistas ou de esquerda que já não estão em condições de usar a ferramenta do Estado para fazer as mudanças desejadas pela população.

BUSCAR NOVOS CAMINHOS

Dois séculos de prática “estadocêntrica” produziram uma cultura política e um estilo de militância que não podem ser mudados em poucos anos. Estamos diante de uma crise das formas tradicionais de fazer política, uma vez que os Estados de bem-estar social em que havia negociação entre empresários e sindicatos e o governo a fiscalizava, e os direitos dos cidadãos eram garantidos, transformaram-se em Estados para a espoliação (Machado; Zibechi, 2023).

A transformação do capitalismo produtivo em acumulação por espoliação, a financeirização das economias e o domínio do 1% sobre o Estado tornaram as antigas estratégias inadequadas. As grandes corporações e potências como os Estados Unidos têm a capacidade de bloquear países quando não seguem as orientações das instituições financeiras globais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos (CIRDI). Os governos e os movimentos não têm poder para mudar a política das organizações financeiras internacionais, nem dos Esta-

dos Unidos ou da União Europeia. Podemos resistir, frear algumas coisas e um pouco mais. Os governos estão presos na teia das finanças internacionais e das corporações e a coisa mais fácil a fazer é se render, como quase todos fizeram.

A dinâmica política dos partidos tende a bloquear alternativas. Os dois possíveis presidentes estadunidenses, Trump e Biden, mantêm a mesma política externa, e a maioria dos governos europeus enfrenta uma situação semelhante, sem alternativa para os povos a partir dos Estados e dos governos. Na América Latina, todos apoiam o extrativismo, inclusive os mais “radicais” nas relações geopolíticas, como os governos da Bolívia e da Venezuela, que estão alinhados com a Rússia e a China.

Para os povos, a alternativa não pode ser as novas potências: a alternativa ao domínio dos Estados Unidos não é a Rússia ou a China, que também praticam a acumulação através da expropriação. Não podemos aceitar que as mudanças de que os povos necessitam venham de outras potências porque, nas regiões onde as empresas chinesas exploram a mineração ou constroem projetos de infraestrutura, os problemas dos povos indígenas são os mesmos.

Portanto, os novos Estados “emergentes” com ambições de dominação não são uma alternativa ao imperialismo ianque. O que podemos fazer é rever o pensamento crítico herdado. Precisamos ajustá-lo, mudar as estratégias, as formas de lutar, os objetivos que tínhamos. Como aponta Immanuel Wallerstein, mesmo conquistando o aparato estatal, os revolucionários nunca foram capazes de criar o mundo novo, como ensina a história do século XX (Wallerstein, 2006). Por

isso, é necessário discutir ou “impensar” as nossas estratégias, não mais com base numa bibliografia específica, mas fundamentados nas experiências dos povos, das mulheres e dos jovens de baixo.

AS AUTONOMIAS COMO ESPAÇOS E PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS

Não existe uma só forma de autonomia, nem um caminho único para construí-la, mas todas implicam a afirmação do território, das autoridades tradicionais escolhidas pelo próprio povo, do autogoverno e dos modos de organização que escolhem. Esses territórios não são governados pelas autoridades estatais, mas pelas próprias autoridades indígenas, que lutam para desenvolver o seu próprio cuidado na produção, na educação e na saúde. Isto está presente em toda a América Latina, não apenas entre os povos indígenas, mas, cada vez mais, entre os povos negros e camponeses.

O guia que proponho para abordar as autonomias é seguir a trilha do que vêm fazendo os povos que escolheram esse caminho, que, como veremos, são muito mais numerosos do que imaginamos.

Um caso muito interessante é de Cauca, na Colômbia, onde nove povos indígenas construíram poderes coletivos (cabildos) em territórios próprios (resguardos), reconhecidos pela Constituição de 1991. Em 2000, eles criaram a Guarda Indígena para defender o território, mas também para sanar disputas internas nas comunidades e famílias. Os membros da guarda são escolhidos pelas comunidades, e o seu trabalho é vo-

luntário e não remunerado, podem se alternar ou ser afastados caso não tenham uma conduta adequada, o que é avaliado por quem os elegeram. A meu ver, a Guarda Indígena é uma das maiores invenções dos povos da América Latina e ganhou o respeito e o apoio de amplos setores da sociedade colombiana, inclusive nas grandes cidades (Zibechi, 2024b).

Nos últimos dez anos, os povos negros de Cauca e de outras regiões da Colômbia criaram sua própria força de autodefesa, a Guarda Cimarrona, que mantém relações estreitas com a Guarda Indígena e é responsável pela proteção dos palenques-quilombos. Mais recentemente, as organizações camponesas também criaram as suas guardas de autodefesa, à medida que consolidam os seus territórios nos quais se autogovernam. Na Colômbia, este é o caminho trilhado pela Coordenação Nacional Agrária, que já conta com oito Territórios Camponeses Agroalimentares, mas pretende alcançar vinte áreas de autogoverno camponês (Zibechi, 2023). Este é um processo que está crescendo em toda a América Latina.

As autonomias territoriais são caminhos criados pelos povos que não eram contemplados no pensamento crítico de cunho eurocêntrico e que se revelam como forma de descolonizar as práticas emancipatórias. Em princípio não rejeitam a relação com o Estado, mas trabalham para que esta relação seja entre iguais e não de subserviência. Além disso, também trabalham para garantir que a sua autonomia seja integral, abordando todos os aspectos da vida. Não querem construir autonomias parciais, na saúde ou na educação, mas autonomias completas, que incluam a alimentação saudável, a própria justiça e a criação de poderes que

não são iguais aos poderes do Estado. Eu os chamo de “poderes não estatais”.

A autonomia não é uma prática marginal, é minoritária e está em permanente expansão. Em Honduras, o povo Garífuna, negro e indígena, vive em 48 comunidades no litoral caribenho onde existem importantes experiências de autonomia na defesa de territórios, incluindo a criação de sua própria universidade. Nós, que não somos indígenas, nem negros, nem camponezes, podemos aprender com esses processos, ouvir, participar, sem tomar a palavra, porque muitas vezes acreditamos que sabemos tudo.

Agora mostrarei alguns mapas de regiões onde estão ocorrendo práticas autônomas que marcam um caminho diferente nas lutas para descolonizar o pensamento crítico.

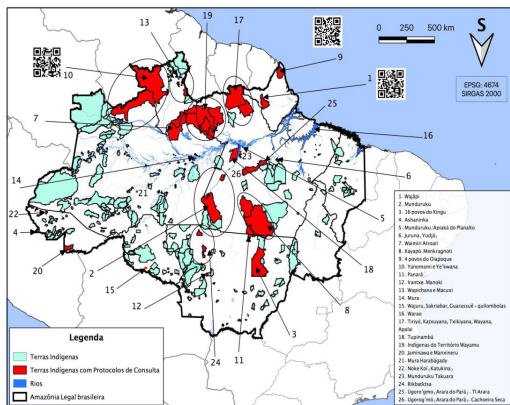
A AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA

A Amazônia é uma das regiões latino-americanas mais cobiçadas pelo extrativismo, mas nos últimos anos a resistência dos povos tem se intensificado. O Mapa 1 mostra a Amazônia Legal brasileira. Foi idealizado pelo geógrafo Fábio Alkmin, que pesquisa os processos de demarcação autônoma neste país. As áreas em azul claro representam os espaços onde vivem os povos indígenas da Amazônia. As áreas em vermelho indicam os municípios que decidiram, em assembleia, realizar a demarcação autônoma de seus territórios, já que a Constituição brasileira, há mais de trinta anos, ordenou a demarcação, mas em muitos casos ela ainda não foi concluída (Alkmin, 2023). Por isso, esses povos

iniciaram um processo autônomo de afirmação e defesa do território de invasores ilegais, da mineração e do agronegócio. Para evitar que os grileiros invadissem seus espaços, tiveram que criar guardas de autodefesa comunitária.

Em setembro de 2022, havia a existência de 26 protocolos de demarcação autônoma envolvendo 64 povos de 48 territórios diferentes, pois alguns povos compartilham territórios. Como se pode observar, estes processos envolvem uma parte considerável dos povos indígenas e os territórios que abrangem não são, de forma alguma, marginais.

MAPA 1



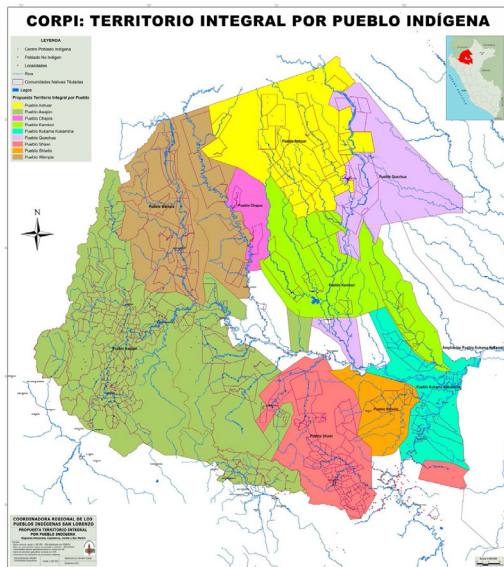
Amazônia Legal e terras indígenas com protocolos autônomos de consulta até setembro de 2022 (Alkmin, 2023).

GOVERNOS AUTÔNOMOS NA AMAZÔNIA PERUANA

Na Amazônia peruana, até o momento existem nove governos territoriais autônomos. Os primeiros foram criados pelo povo Wampis em 2015, seguidos pelos povos Chapra, Shawi, Kukama e Awajún (Mapa 2). Alguns povos têm uma população pequena; o mais habitado é o território Awajún, com 70 mil pessoas. No total, estes nove governos autônomos cobrem 10 milhões de hectares, uma área que representa quase metade do Equador, que tem 25 milhões de hectares. Esses governos foram criados para impedir o desmatamento e a poluição dos rios devido à exploração de hidrocarbonetos e a mineração. Os relatórios emitidos pelas organizações amazônicas, como a Coordenação Regional dos Povos Indígenas (CORPI), destacam que no total são quinze municípios que estão no mesmo processo de criação de governos autônomos, embora seis deles ainda não o tenham finalizado (Zibechi, 2024a).

Existem também povos com processos incipientes de autonomia fora da Amazônia, no sul do Peru, na região de Madre de Dios. Infelizmente, esses processos não são conhecidos fora do Peru, assim como os processos de demarcação autônoma na Amazônia brasileira são praticamente desconhecidos.

MAPA 2



Ramos (2018). CORPI: Território integral por povo indígena

Podemos também nos deter na trajetória da Polícia Comunitária de Guerrero, no México, criada em 1995 pelas comunidades para impedir os roubos aos camponeses. Os seus membros são eleitos em assembleias comunitárias que, por sua vez, dispõem de “casas de justiça” para reeducar os criminosos e se agrupam na Coordenação Regional das Autoridades Comunitárias-Polícia Comunitária (CRAC-PC). O seu processo é interessante para compreender como as pequenas iniciativas podem se expandir, se forem capazes de se

sustentar ao longo do tempo e tecer ligações a partir de baixo.

A Polícia Comunitária foi criada em quatro municípios com 24 comunidades participantes. Em 2006, a Polícia Comunitária já estava presente em 65 comunidades pertencentes a 10 municípios. Em 2012, já participavam cerca de 100 comunidades. Em 2013, ocorreu uma reviravolta devido à crise de segurança que afetou todo o Estado, quando o crime organizado sem tornou a principal ameaça às comunidades. No fim do ano, a Comissão Nacional de Direitos Humanos indicou a presença de grupos desse tipo em 46 dos 81 municípios da entidade. “Desde então, a CRAC-PC deixou de ser o único processo de defesa comunitária em Guerrero e este fenômeno já não ocorria numa região específica, mas em mais da metade da entidade” (Fini, 2018, p. 66). Isto mostra que as experiências bem sucedidas, mesmo que sejam minoritárias, podem ser generalizadas, embora se deva reconhecer que neste processo de massificação houve uma mudança de *polícias comunitárias* para de *autodefesa*, que não são o resultado de debates coletivos e de controle das autoridades das comunidades, mas de revoltas repentinas ou de iniciativas de setores da população.¹ Deve-se mencionar que uma expansão tão repentina de um movimento geralmente carrega dentro de si as sementes da sua crise, como aconteceu parcialmente com a CRAC-PC a partir de 2014.

1 Daniele Fini questiona a diferenciação entre polícias comunitárias e de autodefesa. As primeiras seriam formadas basicamente por indígenas e a segunda por “grupos que surgem em contextos mestiços, sem formas prévias de organização comunitária ou de assembleia” (Fini, 2018, p. 69).

O Mapa 3 indica a zona de influência zapatista no México, onde funcionavam as juntas de bom governo e os municípios autônomos, e agora seguem existindo os caracóis (Bellani, 2019). O território em roxo é o antigo território da autonomia zapatista, e os territórios em verde são os espaços ampliados de presença zapatista e os municípios que funcionam na nova etapa. Aqui é interessante destacar que o território zapatista de Chiapas, que é heterogêneo, equivale à superfície de um pequeno país como El Salvador. São regiões com grande presença zapatista e significativo envolvimento da população na gestão das autonomias, mas nessas áreas nem todas as famílias são zapatistas. Não buscam uma presença hegemônica, conceito que o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) rejeita categoricamente.



Bellani (2019).

Com isto quero mostrar duas coisas: uma, que as autonomias existem, não são marginais e cobrem uma área maior e envolvem mais povos do que os considerados pelos meios de comunicação e pelas academias; em segundo lugar, mostrar que os povos estão avançando por um novo caminho emancipatório, com novas ferramentas como os autogovernos. Este tipo de autonomia nunca foi praticado ou refletido no Norte, uma vez que a tradição autonomista europeia não combina o autogoverno com o território.

DESCOLONIZAR O PENSAMENTO CRÍTICO

O pensamento crítico nasceu na Europa no século XIX e mais tarde foi fortemente influenciado e modificado pela Revolução Russa. Lênin e outros revolucionários, como Marx e Engels, criaram um pensamento crítico da esquerda. Existem também pensamentos críticos cristãos, humanistas, anarquistas e social-democratas, mas o mais amplo e que teve maior impacto foi o marxismo.

Este pensamento crítico nasceu na Europa a partir das experiências dos trabalhadores sindicalizados. É um pensamento formulado por homens brancos, acadêmicos, que difundiram ideias racionalistas na forma de livros, manifestos, jornais e panfletos. A forma livro ocupa o centro do pensamento crítico. Assim como transferir um pensamento criado no Norte para o mundo inteiro é uma atitude colonial, a forma livro também representa uma forma hierárquico-colonial de analisar a realidade, porque desloca formas não racionalistas de conhecer e expressar visões de mundo para um lugar subordinado e secundário.

Marx trabalhou arduamente para compreender como funciona a economia capitalista e criou o conceito de *mais-valor* que é muito útil para compreender a exploração do trabalhador assalariado. Mas se formos a uma comunidade Guarani ou Yanomami e falarmos de mais-valor, não nos compreenderão porque não vivem num mundo em que as relações sociais são baseadas no trabalho assalariado e na troca de mercadorias. Os povos indígenas e os camponeses não se consideram donos da sua força de trabalho, como disse Marx a respeito da classe trabalhadora, porque não se consideram proprietários da mercadoria força de trabalho. Também nas periferias urbanas encontramos muitas manifestações desta vida onde não se recebe um salário por um trabalho, pois o predomínio da informalidade e da reciprocidade faz com que a maioria das pessoas não estabeleça relações salariais ou o faça de forma parcial, especialmente no mundo das mulheres. Portanto, o pensamento crítico deve ser descolonizado e despatriarcalizado.

Mas aqui aparece uma armadilha. A descolonização do pensamento crítico não pode consistir na publicação de livros sobre descolonização por alguns pensadores, porque isso seria reproduzir a mesma lógica dos trabalhos acadêmicos coloniais, com a diferença de que agora produzem artigos acadêmicos não coloniais ou decoloniais na sua forma. Em todos os casos, os sujeitos são predominantemente acadêmicos brancos do sexo masculino.

Silvia Rivera, pensadora e ativista boliviana de origem aimará, diz que “o decolonial é uma moda, o pós-colonial é um desejo e o anticolonial é uma luta”. Se a descolonização é uma luta, um conflito, surgem

duas questões: deve haver um sujeito coletivo que realize esse processo e o conflito envolve um confronto material, não apenas de ideias, por mais importantes que sejam. Isso nos diz que devemos refletir sobre as práticas emancipatórias dos povos indígenas, quilombolas, camponeses, favelados e mulheres que lutam. São eles os sujeitos desta prática de descolonização do pensamento crítico. Os sujeitos não podem ser acadêmicos ou jornalistas. São os povos indígenas e negros, os zapatistas, os aimarás, os guaranis, os quéchuas, os quilombolas, os garífunas e sua enorme diversidade. A descolonização é a prática de sujeitos coletivos e de mulheres em movimento. Estas experiências são as luzes que iluminam o que pode ser a descolonização, por isso mencionamos os governos autônomos, as guardas de autodefesa, as formas como os povos resistem e criam. Essa é a base epistemológica para podermos criar um pensamento crítico a partir e com os povos, nos seus territórios e com os seus tempos.

Se olharmos para estas práticas, veremos que estas pessoas não querem conquistar o Estado. Em algumas ocasiões, alguns líderes são nomeados ministros, como é o caso de Sonia Guajajara, no Brasil, mas esse não é o objetivo do movimento. O objetivo é claramente formulado pelos povos indígenas: a defesa de seus territórios, a criação de espaços próprios para defendê-los e a discussão e enfrentamento de propostas que, em algumas ocasiões, os levam a se vincular ao Estado em troca da concessão de direitos.

Quando um governo decide nomear um indígena ou quilombola para um cargo estatal, provoca uma discussão interna muito forte nos povos. Há sempre quem apoie este caminho, mas é importante realçar

que a energia principal do povo não está colocada nessa relação com o Estado. Suas energias são dedicadas a afirmar o território e criar condições para que ele não seja invadido pelo agronegócio, pela mineração e pelos jagunços e, nesses espaços territoriais, criar as melhores condições para a reprodução da vida. Chamamos isto de “caminho para a autonomia”, a luta pela autonomia.

Se olharmos para os trabalhos teóricos sobre o colonialismo, veremos que geralmente são escritos por pessoas da academia, brancas, na sua maioria homens do Norte, que escrevem livros e teses citando outros acadêmicos (na sua maioria homens) com formação e experiências de vida similares. As mulheres são uma pequena minoria. Alguns destes autores decoloniais citam Fausto Reinaga ou Manuel Quintín Lame, a maioria cita Fanon, que goza de elevado prestígio acadêmico, e por vezes fazem referências muito genéricas aos “zapatistas” ou às lutas de outros povos.

Para confirmar minhas impressões, examinei as referências bibliográficas de oito obras de outros autores decoloniais proeminentes, todos homens residentes na América Latina. Dos 522 trabalhos citados, quase todos pertencem a autores acadêmicos do Norte; apenas 11% são citações referentes aos seus pares do Sul e apenas 9% dos autores citados são mulheres. Encontrei apenas dois autores que mencionam textos produzidos pelos movimentos, mas representam apenas 0,9% do total.² Em suma, o lugar de enunciação são as academias do Norte, e às vezes do Sul, que na verdade fazem parte do Norte no Sul.

² Decidi não citar nomes porque se trata de reconhecer tendências e não de questionar pessoas.

Não se pode considerar isto um processo de descolonização do pensamento crítico, porque é a mesma maneira de elaborar o pensamento colonial, com base em textos criados por especialistas separados da luta anticolonial.

Ramón Grosfoguel é um crítico do pensamento eurocêntrico e denuncia a pretensão de que “o conhecimento produzido pelos sujeitos pertencentes à zona do ser (...) seja considerado universalmente válido para todos os contextos e situações do mundo” (Grosfoguel, 2022, p. 206). Acrescenta que “a imposição desta teoria crítica da zona do ser para a zona do não ser constitui uma colonialidade do conhecimento pela esquerda” (*idem, ibidem*, p. 207). A seguir, e aqui está o problema, ele defende que é necessário levar a sério as teorias críticas produzidas na zona do não ser (*ibidem*, p. 209).

Assim formulada, e seguindo o percurso das referências bibliográficas, entende-se que a teoria crítica no Sul nasce nas academias e é codificada na forma livro. Contudo, postulo que precisamos aprender que o centro do pensamento crítico e emancipatório não pode ser o livro ou os escritos em geral. O texto é importante e não deve ser descartado, mas também podemos dar um estatuto epistemológico às danças, às rezas, às músicas e vestimentas dos povos, tudo feito coletivamente, onde as mulheres desempenham um importante papel comunitário. Seria um erro gravíssimo e uma atitude colonial achar que isto é folclore. As práticas coletivas das pessoas e sua espiritualidade são complexas, diversas e fecundas. Há nelas muito pensamento, muitas ideias próprias; são culturas que nos mostram outras formas de lutar por um mundo novo, resistindo ao capitalismo.

Lembro de uma passagem de *Alisando o nosso cabelo*, de bell hooks. Até lê-la, pensava como minhas amigas faveladas que alisar o cabelo era um sintoma de domesticação pela cultura dominante, que é internalizada, diria Fanon, pelas oprimidas. Erro grotesco:

Alisar o cabelo era um ritual da cultura das mulheres negras, de intimidade. Era um momento exclusivo no qual as mulheres negras (mesmo as que não se conheciam bem) podiam se encontrar em casa ou no salão de beleza para conversar, para ouvir a conversa. Um mundo tão importante quanto o da barbearia dos homens, cheia de mistério e segredo. Um mundo no qual as imagens construídas como barreiras entre a nossa identidade e o mundo eram abandonadas momentaneamente, antes de serem restabelecidas. Vivíamos um instante de criatividade, de mudança (hooks, 2005).

Quem decide se alisar o cabelo é uma prática de subordinação ou de emancipação? Quem pode negar que nesta prática coletiva não existe pensamento crítico? Para os Guarani Mbya, a “dança do xondaro” é uma dança-estratégia própria, ancestral e atual, para despistar o inimigo, levá-lo ao engano e garantir a diferenciação, que é a forma de proteger a vida e reproduzi-la. Praticam “um movimento de esquiva territorial que não pode ser reduzido à fuga, porque inclui em si o poder do engano e da incorporação controlada da alteridade” (Santos, 2021, p. 278).

A mobilidade Guarani tem sido essencial para sobreviver à dominação e às guerras coloniais, deslocando-se para tomar distância dos agressores, como fizeram tantos povos indígenas do continente. A “dança do xondaro” (dança guerreira treinada para se esquivar/enganar no combate) é, ao mesmo tempo,

uma estratégia de sobrevivência, de diferenciação, de adiamento sem contradição, de movimento territorial e de autonomia, o que para os Mbya é “manter abertas as possibilidades de dispersão” (Santos, 2021, p. 314). Estratégias que não foram aprendidas em Clausewitz ou Lênin, mas na memória ativa dos Mbya que, em geral, é transmitida de geração em geração nas “casas de reza”, onde a comunidade convive diariamente.

No sul do Equador, a resistência à mineração é liderada pelas parteiras que, como tais, têm um grande prestígio na comunidade, pois, como dizem, “trouxemos muitas pessoas a este mundo”. Em 2008, criaram a Frente de Mulheres Defensoras da Pachamama (popularmente chamadas de *pachamamas*). São camponesas e indígenas sem a menor formação acadêmica, cujo ativismo “pode ser explicado pelo papel que desempenham nas famílias e nas comunidades como guardiãs das necessidades e interesses da reprodução, que são diretamente afetadas ou colocadas em risco com o desenvolvimento da mineração” (Solano, 2013, p. 59).

Essas mulheres tornaram-se sujeitos coletivos em resistência devido à posição social que ocupam, o que lhes permite uma maior compreensão das prioridades para a sobrevivência de suas famílias e possuem, entre outras qualidades, um contato próximo e emocional com a água contaminada pelas mineradoras. Não são apenas a vanguarda que defende a vida, mas emitem um discurso legitimador da resistência antiminação, sem a necessidade de que alguém lhes indique o caminho a seguir.

As mulheres Guarani “se colocam como resistência à unificação, garantindo a dispersão dentro e fora das reservas, a partir de suas funções de cuidado, pala-

vras, corpos e pensamentos, excessos, comensalidade e convivência: política. E desta maneira, se configuram como uma força antidestruição nos mundos guaranis” (Souza, 2023, p. 322). Não o fazem porque leram Clastres (quando menciona a energia dispersiva das comunidades Guayaqui), mas a autora desta tese encontrou uma relação entre as mulheres Guarani “donas do fogo” e os trabalhos de um antropólogo que não considera os indígenas como objeto de estudo.

Penso que está na hora de aceitar que os povos construam pensamentos críticos e práticas próprias emancipatórias que não se inspirem na teoria crítica ocidental, mas em suas tradições e cosmovisões, que têm objetivos diferentes dos ocidentais (no lugar do progresso colocam a sobrevivência de cada povo), que são elaborados e retrabalhados em outros espaços-tempos intimamente ligados ao cotidiano (a cozinha comunitária, o tempo de cantos e rezas, a horta coletiva) e que não possuem saberes separados das comunidades.

Seremos capazes de dialogar com essas pessoas e seus conhecimentos em pé de igualdade, dispostos a aprender e a trocar conforme a pluralidade de sujeitos que somos?

REFERÊNCIAS

ALKMIN, Fábio. Plantando palavras, colhendo autonomias: os protocolos de consulta na defesa dos territórios indígenas amazônicos. *Élisée – Revista de Geografia da UEG*, v. 12 n. 1, Universidade Estadual de Goiás, 2023.

BELLANI, Orsetta. *Indios sin rey: conversaciones con zapatistas sobre autonomía y resistencia*. Barcelona: Descontrol, 2019.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Vol. 1. 13. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

ESTERMANN, Josef. Crisis civilizatoria y Vivir Bien. Una crítica filosófica del modelo capitalista desde el allin kawsay/suma qamaña andino. *Polis*, v. 11, n. 33, Santiago, dezembro, 2012.

FERNÁNDEZ DURÁN, Ramón; GONZÁLEZ REYES, Luis. *En la espiral de la energía: Colapso del capitalismo global y civilizatorio*. Volume 2. Madri: Libros en Acción, 2014.

FINI, Daniele. *¿Qué puede lo comunitario? Método para el análisis de luchas comunitarias y sus potencialidades emancipadoras: el caso de la CRAC-PC en Guerrero*. 2018. Tese (Doutorado) – Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2018.

GROSGOUEL, Ramón. ¿Cómo luchar decolonialmente?. *Diagonal*, Madri, 4 de janeiro. Entrevista de María Luisa Trejo, 2013.

GROSGOUEL, Ramón. *De la sociología de la descolonización al nuevo antiimperialismo decolonial*. Madri: Akal, 2022.

HOOKS, Bell. Alisando nuestro pelo. *La Gaceta de Cuba*, n. 1, p. 70-73, jan-fev, 2005.

LABICA, Georges; BENSUSSAN, Gérard. *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris: PUF, 1982.

MACHADO, Decio; ZIBECHI, Raúl. *Estados para espoliação: do Estado de bem-estar ao Estado extrativista neoliberal*. Rio de Janeiro: Consequência, 2023.

RAMOS, Carola. Creando geografías: una exploración al territorio Integral y Memoria en la protesta indígena. *Revista Geográfica de América Central*, n. 61E (3), jul-dez, 2018.

SANTOS, Lucas Keese dos. *A esquivã do xondaro: movimento e ação política guarani mbya*. São Paulo: Elefante, 2021.

SOLANO, Lina. *Impactos sociales de la minería a gran escala en la fase de explotación y el rol de las Defensoras de la Pachamana en la resistencia a los proyectos Río Blanco y Quimsacocha*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Desenvolvimento) – Universidade de Cuenca, 2013.

SOUZA, Lauriene Seraguza Olegário e. *As donas do fogo: po-*

lítica e parentesco nos mundos guarani. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

TAIBO, Carlos. *Colapso: capitalismo terminal, transição ecosocial, ecofascismo*. Curitiba: Editora UFPR, 2019.

TEIA DOS POVOS. Esperança, rezo e luta em meio à catástrofe. *Teia dos Povos*, 2024, Disponível em: <https://teiadospovos.org/esperanca-rezo-e-luta-em-meio-a-catastrofe-teia-dos-povos-no-rs-se-reune-para-fortalecimento-e-enfrentamento-do-colapso-climatico/> Acesso em: 6 jul. 2024.

TODD, Emmanuel. *La derrota de Occidente*. Madri: Akal, 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX*. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.

ZIBECHI, Raúl. Gobiernos autónomos amazónicos del Perú. Sujetos políticos defendiendo la vida. *Desinformémonos*, 21 de fevereiro, 2024a. Disponível em: <https://desinformemonos.org/gobiernos-autonomos-amazonicos-del-peru-sujetos-politicos-defendiendo-la-vida/> Acesso em: 3 jul. 2024.

ZIBECHI, Raúl. La Guardia Indígena: motor de los cuidados y de las transformaciones. *Mundos otros y pueblos en movimiento*, Bogotá: Desde Abajo, p. 139-165, 2024b.

ZIBECHI, Raúl. Construimos ocho territorios campesinos y queremos 20 más. *Desinformémonos*, 27 de setembro, 2023. Disponível em: <https://desinformemonos.org/colombia-construimos-ocho-territorios-campesinos-y-queremos-20-mas/> Acesso em: 9 jul. 2024.

Raúl Zibechi



Raúl Zibechi. Escritor, jornalista e pensador-ativista uruguaio, dedicado ao trabalho com movimentos sociais na América Latina. Foi membro da Frente Revolucionária Estudantil (FER), grupo de estudantes ligado ao Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros.

Na década de 1980, começou a publicar artigos em revistas e jornais de esquerda (como *Página Aberta*, *Egin*, *Libertação*) e em meios de comunicação da América Latina (*Página/12*, Argentina, e *Mate Amargo*, Uruguai).

Foi editor do semanário *Brecha* e ganhou o Prêmio de Jornalismo José Martí por sua análise do movimento social argentino que levou à insurreição de dezembro de 2001. Entre suas publicações mais recentes, destacam-se: *Mundos otros y pueblos en movimiento* (Zambra, 2024), *Territórios em rebeldia* (Editora Elefante, 2022) e *Tiempos de colapso: Los pueblos en movimiento* (Zambra, 2020). *Los desbordes desde abajo: 1968 en América Latina* (Desdeabajo, 2018), *Mundos otros y pueblos en movimiento: debates sobre anti-colonialismo y transición en América Latina* (Desdeabajo, 2022), *Latiendo resistencia. Mundos nuevos y guerras de despojo* (Oaxaca: El Rebozo, 2015), *Descolonizar el pensamiento crítico y las prácticas emancipatorias* (Quimantú, 2014; Desdeabajo, 2015), *Preservar y compartir. Bienes comunes y movimientos sociales* (Buenos Aires: Mardulce, 2013).

ENTREVISTAS DO IHU COM RAÚL ZIBECHI

- [Autonomia: os povos estão transitando por um novo caminho emancipatório. Entrevista especial com Raúl Zibechi](#)
- [“Quando tomamos consciência de que a vida está em perigo, não podemos continuar como se nada tivesse mudado”. Entrevista especial com Raúl Zibechi](#)
- [Extratativismo é uma neocolonização de países e territórios. Conferência de Raúl Zibechi](#)
- [“Pão para hoje e fome para amanhã”. As consequências da crise da esquerda na América Latina. Entrevista especial com Raúl Zibechi](#)
- [Ciclo progressista chegou ao fim e está em crescimento uma nova direita. Entrevista especial com Raúl Zibechi](#)
- [A opção que não transformou e que perdeu o fôlego. Entrevista especial com Raúl Zibechi](#)

ARTIGOS DE RAÚL ZIBECHI REPRODUZIDOS PELO IHU

- [Os bartolinos e Evo Morales. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Não temos medo. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Movimentos na tormenta. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [A nova escravidão, marca registrada do capitalismo. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Aceleração dos tempos geopolíticos. Artigo de Raúl Zibechi](#)



- [A privatização do Estado. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [O papel devastador do extrativismo. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Da informação à propaganda. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Pensar o Estado a partir das resistências de baixo. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [As “democracias” guerreiras. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [A guerra Norte-Sul disciplina o planeta. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Nem com o Norte, nem com o Sul globais. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Militarização para controlar os povos. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [O declínio do Ocidente arrasta a esquerda. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [A elitização da esquerda. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [“Os movimentos mais críticos e anticapitalistas não nascem da relação salarial”. Entrevista com Raúl Zibechi](#)
- [Gaza é o fim da humanidade. “Existe um projeto para exterminar as pessoas problemáticas”. Entrevista com Raúl Zibechi](#)
- [O Ocidente em declínio persiste sendo o modelo. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Entre a queda do Ocidente e as transições incertas. Artigo de Raúl Zibechi](#)

- [Deter a crise climática: impossível. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Revolta dos jovens nas universidades dos Estados Unidos: uma luz de esperança. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Os custos de não fazer reformas estruturais. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Milei se rende à China. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [A violência substitui o direito internacional. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [O que o estuprador e o assassino em série não sentem. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Narcotráfico e forças armadas. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Invasão Zero: paramilitares sob o progressismo. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Quando milionários se preparam para o colapso. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [A “transição energética” no capitalismo: impossível. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [As raízes do conformismo. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [A cada ano mais perto do colapso. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [A “derrota do Ocidente” e o incêndio do mundo. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Capitalismo criminoso. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Crime organizado e extrativismo. Artigo de Raúl](#)

Zibechi

- [Estados para o genocídio. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Os de cima vêm com tudo. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Espiritualidade e autonomia. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [A ultradireita se enraizou em nossas sociedades. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [A crise do império. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Movimentos no pós-pandemia. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Um mundo sem potência hegemônica. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [A nova onda progressista: entre a moderação e uma direita intolerante. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [A inércia que nos impede de reagir ao colapso. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [A estéril ilusão da mudança de cima para baixo. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Quando a guerra não salva mais o sistema. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Não nos deixemos esmagar pela geopolítica. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Os zapatistas e a invasão da Ucrânia. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Sobre vitórias e derrotas. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [A lógica geopolítica bloqueia a emancipação. Artigo de Raúl Zibechi](#)

- [Contratendências da decadência dos Estados Unidos. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Brasil nas pegadas do México. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Brasil, reserva regional de conservadorismo. Artigo de Raúl Zibechi](#)
- [Insurreições silenciosas. Artigo de Raúl Zibechi](#)

EVENTOS DO IHU COM RAÚL ZIBECHI

- [Descolonização do pensamento crítico. Crise política e práticas emancipatórias na América Latina](#)
- [Desigualdades, política e rebeldias na América Latina. Possibilidades e Limites](#)
- [Populismo pós-estrutural e multidão. Possibilidades à reinvenção política brasileira e latino-americana](#)

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 A teoria da justiça de John Rawls – José Nedel
- N. 02 O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo – Sonia Montañó
- N. 04 Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 O ruído de guerra e o silêncio de Deus – Manfred Zeuch
- N. 06 BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 Mundos televisivos e sentidos identitários na TV – Suzana Kilpp
- N. 08 Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada – Valério Cruz Brittos
- N. 10 Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo – Édison Luis Gastaldo
- N. 11 Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz – Márcia Tiburi
- N. 12 A domesticação do exótico – Paula Caleffi
- N. 13 Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular – Edla Eggert
- N. 14 Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS – Gunter Axt
- N. 15 Medicina social: um instrumento para denúncia – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 Mudanças de significado da tatuagem contemporânea – Débora Krischke Leitão
- N. 17 As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade – Mário Maestri
- N. 18 Um itinerário do pensamento de Edgar Morin – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 Os donos do Poder, de Raymundo Faoro – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 Sobre técnica e humanismo – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 Construindo novos caminhos para a intervenção societária – Lucilda Selli
- N. 22 Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático – Valério Rohden
- N. 24 Imagens da exclusão no cinema nacional – Miriam Rossini
- N. 25 A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – Rosa Maria Serra BavareSCO
- N. 27 O modo de objetivação jornalística – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 A cidade afetada pela cultura digital – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 Getúlio, romance ou biografia? – Juremir Machado da Silva
- N. 31 A crise e o êxodo da sociedade salarial – André Gorz
- N. 32 À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos – Marco Aurélio Santana
- N. 35 Adam Smith: filósofo e economista – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos

- N. 36 Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica – Airton Luiz Jungblut
- N. 37 As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial – Luiz Mott
- N. 39 Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo – Gentil Corazza
- N. 40 Corpo e Agenda na Revista Feminina – Adriana Braga
- N. 41 A (anti)filosofia de Karl Marx – Leda Maria Paulani
- N. 42 Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa” – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistemática de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo – Gérard Donnadieu
- N. 45 A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica – Lothar Schäfer
- N. 46 “Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju – Ceres Karam Brum
- N. 47 O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter – Achyles Barcellos da Costa
- N. 48 Religião e elo social. O caso do cristianismo – Gérard Donnadieu
- N. 49 Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras – Evilázio Teixeira
- N. 51 Violências: O olhar da saúde coletiva – Élda Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 Ética e emoções morais – Thomas Kesselring
Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 Computação Quântica. Desafios para o Século XXI – Fernando Haas
- N. 54 Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil – An Vranckx
- N. 55 Terra habitável: o grande desafio para a humanidade – Gilberto Dupas
- N. 56 O decrescimento como condição de uma sociedade convivial – Serge Latouche
- N. 57 A natureza da natureza: auto-organização e caos – Günter Küppers
- N. 58 Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades – Hazel Henderson
- N. 59 Globalização – mas como? – Karen Gloy
- N. 60 A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida – Cesar Sanson
- N. 61 Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo – Regina Zilberman
- N. 62 Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude – Cátia Addressa da Silva
- N. 64 Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo – Artur Cesar Isaia
- N. 65 Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical – Léa Freitas Perez
- N. 66 Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675) – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa – João Guilherme Barone
- N. 68 Contingência nas ciências físicas – Fernando Haas

- N. 69 A cosmologia de Newton – Ney Lemke
N. 70 Física Moderna e o paradoxo de Zenon – Fernando Haas
N. 71 O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade – Miriam de Souza Rossini
N. 72 Da religião e de juventude: modulações e articulações – Léa Freitas Perez
N. 73 Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa – Eduardo F. Coutinho
N. 74 Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho – Mário Maestri
N. 75 A Geologia Arqueológica na Unisinos – Carlos Henrique Nowatzki
N. 76 Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto – Ana Maria Lugão Rios
N. 77 Progresso: como mito ou ideologia – Gilberto Dupas
N. 78 Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda – Octavio A. C. Conceição
N. 79 Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul – Moacyr Flores
N. 80 Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território – Arno Alvarez Kern
N. 81 Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula – Gláucia de Souza
N. 82 Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão – Marco Aurélio Santana
N. 83 Dimensões normativas da Bioética – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
N. 84 A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza – Attico Chassot
N. 85 Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo – Patrícia Almeida Ashley
N. 86 Autonomia na pós-modernidade: um delírio? – Mario Fleig
N. 87 Gauchismo, tradição e Tradicionalismo – Maria Eunice Maciel
N. 88 A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz – Marcelo Perine
N. 89 Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade – Laurício Neumann
N. 90 Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida – Maria Cristina Bohn Martins
N. 91 Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo – Franklin Leopoldo e Silva
N. 92 Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática – Daiane Martins Bocasanta
N. 93 A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro – Carlos Alberto Steil
N. 94 Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos – Cesar Sanson
N. 95 De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência – Peter A. Schulz
N. 96 Vianna Moog como intérprete do Brasil – Enildo de Moura Carvalho
N. 97 A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica – Marinês Andrea Kunz
N. 98 Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões – Susana Maria Rocca Larrosa
N. 99 Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house – Vanessa Andrade Pereira
N. 100 Autonomia do sujeito moral em Kant – Valerio Rohden
N. 101 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1 – Roberto Camps Moraes
N. 102 Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência – Adriano Premebida
N. 103 ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso – Eliane Schlemmer

- N. 104 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2 – Roberto Camps Moraes
- N. 105 Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos – Paula Corrêa Henning
- N. 107 Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático? – Telmo Adams
- N. 109 Transumanismo e nanotecnologia molecular – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 Formação e trabalho em narrativas – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda – Denis Gerson Simões
- N. 113 Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro – Sonia Montañó
- N. 115 Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 Humanizar o humano – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 Colonizando e descolonizando mentes – Marcelo Dascal
- N. 119 A espiritualidade como fator de proteção na adolescência – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 A dimensão coletiva da liderança – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos – Eduardo R. Cruz
- N. 122 Direito das minorias e Direito à diferenciação – José Rogério Lopes
- N. 123 Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios – Wilson Engelmann
- N. 124 Desejo e violência – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 As nanotecnologias no ensino – Solange Binotto Fagan
- N. 126 Câmara Cascudo: um historiador católico – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável – Paulo Roberto Martins
- N. 131 A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 Linguagem, singularidade e atividade de trabalho – Marlene Teixeira e Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann – Leonardo Grison
- N. 134 Motores Biomoleculares – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 As redes e a construção de espaços sociais na digitalização – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis – Maria Cristina Bohn Martins

- N. 139 Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades – Marise Borba da Silva
- N. 140 Platão e os Guarani – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 Direitos humanos na mídia brasileira – Diego Airosa da Motta
- N. 142 Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio – Greyce Vargas
- N. 143 Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 Inclusão e Biopolítica – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente – Bianca Sordi Stock
- N. 146 Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD – Camila Moreno
- N. 147 O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais – Caetano Sordi
- N. 148 Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS – Fernanda Schutz
- N. 149 Cidadania, autonomia e renda básica – Josué Pereira da Silva
- N. 150 Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética – José Rogério Lopes
- N. 151 As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou “por que voltar ao México 100 anos depois” – Claudia Wasserman
- N. 153 Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate – Stefano Zamagni
- N. 154 Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'ýikue no município de Caarapó-MS – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica – Stefano Zamagni
- N. 156 Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento – Stefano Zamagni
- N. 158 “Passemos para a outra margem”: da homofobia ao respeito à diversidade – Omar Lucas Perrou Fortes de Sales
- N. 159 A ética católica e o espírito do capitalismo – Stefano Zamagni
- N. 160 O Slow Food e novos princípios para o mercado – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião – André Brayner de Farias
- N. 162 O modus operandi das políticas econômicas keynesianas – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas – André Luiz da Silva
- N. 164 Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich? – Serge Latouche
- N. 165 Agostos! A “Crise da Legalidade”: vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 Convivialidade e decrescimento – Serge Latouche
- N. 167 O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 O decrescimento e o sagrado – Serge Latouche
- N. 169 A busca de um ethos planetário – Leonardo Boff
- N. 170 O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo – Marco Antonio de Abreu Scapini

- N. 171 Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes – Gerson Egas Severo
- N. 172 Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais – Bruno Pucci
- N. 173 Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral – João Roberto Barros II
- N. 174 Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas – Marcelo Fabri
- N. 175 Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 Um caminho de educação para a paz segundo Locke – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos – Lenio Luiz Streck
- N. 179 Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro – José Rogério Lopes
- N. 183 A Europa e a ideia de uma economia civil – Stefano Zamagni
- N. 184 Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como “discurso-limite”) – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade – Stefano Zamagni
- N. 186 A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção – Luis David Castiel
- N. 189 Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero – Marlene Tamanini
- N. 190 Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito – Claudia Fonseca
- N. 191 #VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 A ciência em ação de Bruno Latour – Leticia de Luna Freire
- N. 193 Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico – Adolfo Nicolás
- N. 197 Brasil: verso e reverso constitucional – Fábio Konder Comparato
- N. 198 Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari

- N. 200 Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética – Jordi Maiso
- N. 202 Fim da Política, do Estado e da cidadania? – Roberto Romano
- N. 203 Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania – Maria da Glória Gohn
- N. 204 As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro – Fábio Konder Comparato
- N. 206 Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual – Karla Saraiva
- N. 207 Territórios da Paz: Territórios Produtivos? – Giuseppe Cocco
- N. 208 Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 As possibilidades da Revolução em Ellul – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben – Márcia Rosane Junges
- N. 211 Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo – Sandra Caponi
- N. 212 Verdade e História: arqueologia de uma relação – José D’Assunção Barros
- N. 213 A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ – José Odello Schneider
- N. 214 Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze – Sandro Chignola
- N. 215 Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 A realidade complexa da tecnologia – Alberto Cupani
- N. 217 A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend – Hans Georg Flickinger
- N. 218 O ser humano na idade da técnica – Humberto Galimberti
- N. 219 A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre – Halina Macedo Leal
- N. 220 O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil – José Eduardo Franco
- N. 221 Neurofuturos para sociedades de controle – Timothy Lenoir
- N. 222 O poder judiciário no Brasil – Fábio Konder Comparato
- N. 223 Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão – Jesús Conill Sancho
- N. 224 O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867) – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais – Xavier Albó
- N. 226 Justiça e perdão – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor) – Martín Almada
- N. 228 A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo – Sandro Chignola
- N. 229 Um olhar biopolítico sobre a bioética – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida – Jesús Conill Sancho
- N. 232 Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança – Elsa Cristine Bevan
- N. 234 O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira – Róber Iturriet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945) – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 Economias Biopolíticas da Dívida – Michael A. Peters

- N. 237 Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação – Halina Macedo Leal
- N. 238 O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global? – Leandro Inácio Walter
- N. 239 Brasil: A dialética da dissimulação – Fábio Konder Comparato
- N. 240 O irrepresentável – Homero Santiago
- N. 241 O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 Uma crise de sentido, ou seja, de direção – Stefano Zamagni
- N. 243 Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão – Dirce Koga
- N. 244 A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal – Alexandre Filordi de Carvalho
- N. 245 Esquecer o neoliberalismo: aceleração como terceiro espírito do capitalismo – Moisés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo – Andrea Fumagalli
- N. 247 Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo – Dora Lilia Marín-Díaz
- N. 248 Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia – Roberto Romano
- N. 249 Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980) – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira – Francini Lube Guizardi
- N. 252 A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades? – Vinícius Nicastro Honesko
- N. 254 Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva – Jean-Bosco Kakozi Kashindi
- N. 255 Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles – Marcelo Castañeda
- N. 256 Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização – Altair Sales Barbosa
- N. 258 O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical? – Moisés Pinto Neto
- N. 260 Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre? – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo – Henrique Costa
- N. 262 As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira – Sauro Bellezza
- N. 264 Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) – Stela N. Meneghel
- N. 265 Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos – Aline Albuquerque
- N. 267 O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil – Giuseppe Tosi
- N. 268 Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia? – Alana Moraes de Souza

- N. 269 A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna – Viviane Zarembski Braga
- N. 271 O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza – Flavio Williges
- N. 272 Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana – Rafael Lopez Villasenor
- N. 273 Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira – Celso Gabatz
- N. 274 Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo – Acauam Oliveira
- N. 275 Tendências econômicas do mundo contemporâneo – Alessandra Smerilli
- N. 276 Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord – Atilio Machado Peppe
- N. 277 O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social – José Roque Junges
- N. 278 Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco
- N. 279 O mal-estar na cultura medicamentalizada – Luis David Castiel
- N. 280 Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia – Alain Gignac
- N. 281 A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual – Mário José Maestri Filho
- N. 282 A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo – Angela Ganem
- N. 283 Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 Renda básica em tempos difíceis – Josué Pereira da Silva
- N. 285 Isabelle Stengers No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obras – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 O “velho capitalismo” e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Sloterdijk – Itamar Soares Veiga
- N. 288 Para arejar a cúpula do judiciário – Fábio Konder Comparato
- N. 289 A Nova Previdência via de transformação estrutural da seguridade social brasileira – Marilinda Marques Fernandes
- N. 290 A Universidade em busca de um novo tempo – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo – Róber Iturriet Avila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins
- N. 292 As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras – Aloir Pacini
- N. 293 Mudança de paradigma pós-crise do coronavírus – Fábio Carlos Rodrigues Alves
- N. 294 O Mar da Unidade: roteiro livre para a leitura do Masnavi de Rûmî – Faustino Teixeira
- N. 295 Função social da propriedade e as tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho: Um constitucionalismo que não é para valer – Cristiano de Melo Bastos
- N. 296 O desassossego do leitor: subjetividades juvenis e leitura na contemporaneidade – Maria Isabel Mendes de Almeida
- N. 297 Escatologias tecnopolíticas contemporâneas – Ednei Genaro
- N. 298 Narrativa de uma Travessia – Faustino Teixeira
- N. 299 Efeito covid-19: espaço liso e Bem Viver– Wallace Antonio Dias Silva
- N. 300 Zeitgeist pós-iluminista e contrarrevolução cientificista na análise econômica– Armando de Melo Lisboa

- N. 301 Educação, tecnologias 4.0 e a estetização ilimitada da vida: pistas para uma crítica curricular– Roberto Rafael Dias da Silva
- N. 302 Mídia, infância e socialização: perspectivas contemporâneas - Renata Tomaz
- N. 303 A colonialidade do poder no direito à cidade: a experiência do Cais Mauá de Porto Alegre - Karina Macedo Gomes Fernandes
- N. 304 Ártico, o canário da mina para o aquecimento global - Flavio Marcelo de Mattos Paim
- N. 305 A transformação dos atores sociais em produção e recepção: trajeto empírico-metodológico de uma pesquisa - Aline Weschenfelder
- N. 306 Impactos Ambientais de Parques Eólicos no Semiárido Baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas - Rosana Batista Almeida
- N. 307 História de José, O Carpinteiro, como narratividade de Esperança - Patrik Bruno Furquim dos Santos
- N. 308 Violências, injustiças e sofrimento humano: o impacto das desigualdades sociais nas percepções de Martín-Baró, Ricoeur e Nietzsche - Lina Faria e Rafael Andrés Patino
- N. 309 Catadores de materiais recicláveis: novos sujeitos de direitos na construção da sustentabilidade ambiental - Mariza Rios e Giovanna Rodrigues de Assis
- N. 310 A imagem do pobre nos filmes de Pasolini e Glauber como chave para compreender a ação do capitalismo - Vladimir Lacerda Santafé
- N. 311 Aprendizados no campo da metodologia de orientação acadêmica - Faustino Teixeira
- N. 312 O Desespero Inconsciente de Kierkegaard: melancolia, preguiça, vertigem e suicídio - Paulo Abe
- N. 313 Os Direitos Humanos como parâmetro para as democracias contemporâneas: o caso brasileiro - José Dalvo Santiago da Cruz
- N.314 Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas - Castor M.M. Bartolomé Ruiz
- N. 315 Capital e ideologia de Thomas Piketty: um breve guia de leitura - Alexandre Alves
- N. 316 "Ecologia com espírito dentro": sobre Povos Indígenas, Xamanismo e Antropoceno - Nicole Soares Pinto
- N. 317 A chacinagem dos chiquitanos - Aloir Pacini e Loyuá Ribeiro F. M. da Costa
- N. 318 Mestre Eckhart: Deus se faz presente enquanto ausência de imagens e de privilégios - Matteo Raschiatti
- N. 319 Indígenas nas cidades: memórias "esquecidas" e direitos violados - Alenice Baeta
- N. 320 Pindó Poty é Guarani! - Roberto Antonio Liebgott e Aloir Pacini
- N. 321 Desbravar o Futuro. A antropotecnologia e os horizontes da hominização a partir do pensamento de Peter Sloterdijk - Rodrigo Petronio
- N. 322 A Trajetória Metodológica Suscitadora de Jesús Martín-Barbero - Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre
- N. 323 O capitalismo de crise: lógicas e estratégias de dominação - Luiz Inácio Gaiger
- N. 324 O trabalho humano no magistério do Papa Francisco - André Langer
- N. 325 Uma discussão acerca da liberdade da consciência humana: convergências e divergências entre Kierkegaard e Lutero - Heloisa Allgayer e Rafael Francisco Hiller
- N. 326 Técnica e Ética no contexto atual - Oswaldo Giacoia Junior
- N. 327 O amor ao próximo como categoria ética em Simone Weil - Ana Lúcia Guterres Dias
- N. 328 Uma abordagem da filosofia de Miki Kiyoshi - Fernando Wirtz
- N. 329 Yuval Noah Harari: pensador das eras humanas - Rodrigo Petronio
- N. 330 O Mundo é um grande Olho que vemos e que nos vê - José Angel Quintero Weir
- N. 331 A indecente hermenêutica bíblica de Clarice Lispector - João Melo e Silva Junior
- N. 332 Juventudes e as "novas" expressões da participação política - Flávio Munhoz Sofiati

- N. 333 A virosfera: aprendendo a viver com o desconhecido - Eben Kirksey
- N. 334 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume I - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 335 O Antropoceno e as ruínas da democracia: a condição humana como monstruosidade - Adriano Messias
- N. 336 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume II - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 337 O Direito e o Averso - Fábio Konder Comparato
- N. 338 Sobre o mecanismo do terrorismo político-fascista: a violência estocástica da serpente do fascismo - Rudá Ricci e Luís Carlos Petry
- N. 339 MESOCENO. A Era dos Meios e o Antropoceno - Rodrigo Petronio
- N. 340 Religião, Direito e o Redobramento de Ideias - Colby Dickinson
- N. 341 Usos do território e as cidades em transformação. Um olhar a partir da Geografia de Milton Santos - Marina Regitz Montenegro
- N. 342 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume III - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 343 Raça, etnia, negro, preto ou gênero humano? Conceitos, leitura de mundo e reflexo nas formas de pensar, ser e interagir - Iael de Souza
- N. 344 Daqui deste planeta: (t/T)erra deíctica e sazonalidade cosmopolítica - Hilan Bensusan
- N. 345 Mundo Invisível: a teia vital sob os nossos pés - Faustino Teixeira (org.)
- N. 346 O controle do lazer na sociedade de consumo: reflexões à luz da teoria crítica - Valquíria Padilha e Jean Henrique Costa
- N. 347 João Saldanha: um comunista na seleção brasileira de futebol durante o governo militar. Da ditadura à redemocratização. Futebol na sociedade como fator democrático (1966-1990) - Marcelo de Azevedo Zanotti
- N. 348 Depois da Inteligência Artificial - Cosimo Accoto, Massimo Di Felice e Eliane Schlemmer
- N. 349 Basta de fósseis - Dominic Boyer
- N. 350 Capitalismo e saúde mental: causa social, sofrimento privatizado - Iael de Souza, Evaldo Piolli e José Roberto Montes Heloani
- N. 351 A transição dos combustíveis fósseis, a crise energética na Europa e a guerra na Ucrânia - Simon Pirani
- N. 352 Guerra russa na Ucrânia. Terrorismo energético, ciberguerra e atmoterrorismo - Svitlana Matviyenko
- N. 353 Pequena história futura das enchentes do rio Caí - Caio F. Flores-Coelho
- N. 354 Por uma agricultura sustentável no Brasil - M. Madeleine Hutyrá de Paula Lima
- N. 355 A máquina com um rosto humano: da inteligência artificial à sciência artificial - Sylvain Lavelle
- N. 356 Filmes em Perspectiva - Faustino Teixeira
- N. 357 Varsóvia e Gaza: dois guetos e o mesmo nazismo - Luiz Cláudio Cunha
- N. 358 Tecnofisiologia e ontologia híbrida: novas interações entre máquinas e corpo humano - Roberto Marchesini
- N. 359 Teoria dos Quatro Cosmogramas - Moisés Pinto Neto
- N. 360 Capitalismo e cismogênese - Sven Lütticken
- N. 361 Revolução informacional e a nova classe trabalhadora - Marcio Pochmann
- N. 362 O ancião missionário e os anciãos Bóe-Bororo: autobiografia indígena, identidade narrativa e apropriação religiosa recíproca - Eloir Inácio de Oliveira e Aloir Pacini
- N. 363 A construção política da Economia de Francisco e Clara no Brasil - Eduardo Brasileiro
- N. 364 Um olhar retrospectivo - Hans Jonas
- N. 365 Constitucionalismo Intersistêmico e o Direito das Minorias: a proteção dos povos indígenas na sociedade global - Gabriel dos Anjos Vilardi
- N. 366 Novos dilemas da IA: a inteligência quer se expandir e o organismo quer perdurar. Por que e como a IA generativa pensa e raciocina - Lucia Santaella



- N. 367 Paul Ricoeur e a historiografia: primeiros diálogos em *História e Verdade* (1955)
- Bruno dos Santos Nascimento
- N. 368 Tutela climática dos povos indígenas no Rio Grande do Sul e a proteção dos territórios ancestrais: direito ao futuro e à dimensão ecológica da dignidade humana
- Gabriel dos Anjos Vilardi

 UNISINOS